



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

MARIA DO CARMO DANTAS COSTA

**EDUCAÇÃO PARA A ÉTICA E A CIDADANIA NA ESCOLA ESTADUAL DO
ENSINO FUNDAMENTAL COELHO LISBOA NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA-
PB**

**PATOS – PB
2014**

MARIA DO CARMO DANTAS COSTA

**EDUCAÇÃO PARA A ÉTICA E A CIDADANIA NA ESCOLA ESTADUAL DO
ENSINO FUNDAMENTAL COELHO LISBOA NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA-
PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Msc. Wanda Izabel Monteiro de Lima Marsiglia

**PATOS – PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C837e Costa, Maria do Carmo Dantas

Educação para a ética e a cidadania na Escola Estadual do Ensino Fundamental Coelho Lisboa no Município de Santa Luzia, PB [manuscrito] : / Maria do Carmo Dantas Costa. - 2014.
41 p. : il.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Wanda Izabel M. L. Marsiglia, Departamento de CCT".

1. Educação. 2. Ética na Educação. 3. Direitos e deveres. I. Título.

21. ed. CDD 370

MARIA DO CARMO DANTAS COSTA

EDUCAÇÃO PARA A ÉTICA E A CIDADANIA NA ESCOLA ESTADUAL DO
ENSINO FUNDAMENTAL COELHO LISBOA NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA-PB

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em: 19 / 07 / 2014



Prof(a) Msc. Wanda Izabel M. L. Marsiglia / UEPB
Orientadora



Profa. Dra. Verônica Evangelista de Lima DQ/CCT/UEPB
Examinadora



Profº. Dr. Antonio Augusto Pereira de Sousa DQ/CCT/UEPB
Examinadora

PATOS - PB
2014

*Dedico este trabalho à Deus por ser essencial em
minha vida, meu guia e incentivador maior.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por sua presença constante em minha vida, guiando minhas escolhas e fortalecendo o meu dia a dia em todos os momentos.

Aos meus pais Manoel Joventino Dantas (*in memoriam*) e Ana Anita Dantas, que muito contribuíram para minha educação.

Ao meu esposo Francisco das Chagas Costa, pelo carinho, ajuda e companheirismo de todos os dias.

As minhas filhas Karen Yulyanne Dantas Costa e Kelyssa Francielle Dantas Costa por me ajudar e apoiar nesta caminhada.

A professora Msc. Wanda Izabel M. L. Marsiglia pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

Ao professor Odilon Avelino da Cunha, Coordenador do Curso de Especialização por seu empenho.

Aos meus familiares pelo carinho e confiança.

A todos os professores do Curso de Especialização da UEPB - Polo Patos, que contribuíram ao longo desse período, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB pela presteza e atendimento quando foi necessário.

A todos que direta e indiretamente contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

“Só a participação cidadã é capaz de mudar o país”.
(BETINHO DE SOUZA)

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo educar para a ética e a cidadania na Escola Estadual do Ensino Fundamental Coelho Lisboa no município de Santa Luzia-PB. Trata-se de um estudo do tipo exploratório e descritivo de abordagem quantiqualitativa, foi desenvolvido na Escola Estadual do Ensino Fundamental II “Coelho Lisboa”. A população foi constituída por todos os alunos que estudam na referida escola. A amostra foi composta por 23 alunos que se disponibilizaram a responder o questionário e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A coleta dos dados foi realizada através de um questionário, com perguntas objetivas e subjetivas os dados quantitativos são apresentados em gráficos e tabelas e os qualitativos de forma descritiva, sendo articulados na análise de discussão. Através dos resultados obtidos, percebe-se que a maioria dos entrevistados 78,26% respondeu que sabem o que é cidadania. 47,23% responderam que ser cidadão é uma pessoa que tem caráter e respeito. 78,26% afirmam que o que envolve a cidadania são os direitos e deveres de cada cidadão. Para os alunos entrevistados o papel da cidadania para a sociedade é proporcionar paz, harmonia, direito e deveres aos cidadãos. Um percentual de 78,26% respondeu que sabem o que são os princípios de cidadania, descrevendo-os: o respeito, o amor e a solidariedade entre as pessoas. Todos os alunos entrevistados foram unânimes que a escolaridade contribui para a formação do cidadão. Eles acreditam que o ser humano não está exercendo sua cidadania com relação ao meio ambiente por poluí-lo. A grande maioria conhece o que é ética e acredita que a falta de ética é prejudicial para a sociedade de um modo geral, assim sendo, consideram a ética necessária e importante. Conclui-se que cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia, exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.

Palavras-Chave: Aluno. Cidadão. Cidadania. Ética. Direitos e Deveres.

ABSTRACT

This study is exploratory and descriptive type Quantiqualitativa approach was developed in the State School Secondary School "Coelho Lisboa" and aimed to educate for ethical and citizenship in the State School of Basic Education Coelho Lisboa in Santa Luzia- PB. The population consisted of all students studying at the school. The sample consisted of 23 students who agreed to answer the questionnaire and signed the Informed Consent Form (ICF). Data collection was conducted through a questionnaire with objective and subjective questions quantitative data are presented in graphs and tables and the qualitative descriptive way, being articulated in the analysis thread. Through the results, it is noticed that the majority of respondents 78.26% responded that they know what is citizenship. 47.23% answered that being a citizen is a person who has character and respect. 78.26% say that citizenship involves the rights and duties of every citizen. For students interviewed the role of citizenship to society is to provide peace, harmony, law and duties to citizens. A percentage of 78.26% responded that they know what are the principles of citizenship, describing them: respect, love and solidarity among people. All students interviewed were unanimous that schooling contributes to the formation of the citizen. They believe that human beings are not exercising their citizenship in relation to the environment by polluting it. The vast majority know what is ethical and believes that the lack of ethics is harmful to society in general, therefore, considered necessary and important ethical. We conclude that citizenship is the concrete expression of the exercise of democracy, exercising full citizenship is to have civil, political and social rights.

Keywords: Student. Citizen. Citizenship. Ethics. Rights and Duties.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Distribuição da opinião dos entrevistados quanto a assertiva: O que envolve a cidadania? 27

TABELA 2- Distribuição da opinião dos entrevistados sobre o que forma a nossa cidadania. 31

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Distribuição da opinião dos entrevistados sobre o que é ser cidadão.	26
QUADRO 2- Depoimento dos entrevistados sobre explicar qual o papel da cidadania para a sociedade.	29
QUADRO 3 – Distribuição dos depoimentos dos alunos entrevistados sobre o ser humano não está exercendo sua cidadania com relação ao meio ambiente	32

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Distribuição do gênero dos alunos entrevistados.	24
GRÁFICO 2- Faixa etária dos alunos entrevistados.	25
GRÁFICO 3- Distribuição da opinião dos entrevistados sobre o que é cidadania.	26
GRÁFICO 4- Distribuição da opinião dos entrevistados sobre o papel da cidadania para a sociedade.	28
GRÁFICO 5 – Distribuição da opinião dos entrevistados sobre saber quais são os princípios de cidadania.	30
GRÁFICO 6- Distribuição da opinião dos alunos entrevistados sobre o que é ética.	33

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 CONCEITOS DE CIDADANIA, DEMOCRACIA E ÉTICA.....	15
2.2 EDUCAR PARA A ÉTICA E A CIDADANIA	16
2.3 CIDADANIA NO BRASIL: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA.	17
3 METODOLOGIA	23
3.1 TIPO E LOCAL DE ESTUDO	23
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	23
3.3 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS	23
3.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	24
3.5 POSICIONAMENTO ÉTICO.....	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	36
ANEXOS	42
APÊNDICES	37
APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL	38
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	39
APÊNDICE C – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	41

1 INTRODUÇÃO

Cidadania nos dias de hoje não mais pode ser concebida de forma restrita como a possibilidade de “participação política” por meio de voto, que pressuponha a alfabetização do eleitor (BENSO, 2006). A visão é muito mais ampla e genérica, uma vez que, este requisito, a partir da atual Constituição não mais vigora, posto que é facultativo o voto para o analfabeto. Atualmente cidadania requer um cidadão que conheça e lute por seus direitos, mas que também tenha ciência de suas obrigações, e de seus deveres.

Previsto expressivamente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) este é um dos objetivos da escola atual, que segundo Yves de La Taille (2003, p.23), compete:

“Lembrar e fazer lembrar em alto e bom tom, a seus alunos e a sociedade como um todo, que sua finalidade principal é a preparação para o exercício da cidadania. E, para ser cidadã, são necessários sólidos conhecimentos, memória, respeito pelo espaço público, um conjunto mínimo de normas de relação interpessoais, e diálogo franco entre olhares éticos”.

Percebe-se que, dos direitos, o aluno cidadão têm ciência. Agora de seus deveres, do respeito mínimo de normas de relações interpessoais, nem sempre se mostra cioso. E aí surge a indisciplina como uma negação da disciplina, como uma afronta ao dever do cidadão. É um dos papéis da escola centrar-se nesta questão, ou seja, de contribuir para que o aluno cidadão tenha ciência de seus direitos e obrigações, sujeitando-se de uma formação.

Dentro deste contexto, crianças e adolescentes devem ser encarados como sujeitos de direitos e também deveres, obrigações e proibições contidas no ordenamento jurídico e regimentos escolares.

Sabe-se que, Ética e Cidadania é um dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica, proposto como componente do processo formativo dos educandos no sentido de prepará-los para o exercício da vida em sociedade sob critérios éticos de conduta. Constitui, por outro ângulo, uma

resposta, no espaço educacional, para enfrentar os graves problemas de violência, detectados no contexto social brasileiro.

Diante de toda essa problemática surgiu a seguinte questão: Como despertar nos alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental II da Escola Coelho Lisboa, a importância do cultivo da ética e de ações para o exercício da cidadania?

Para responder a essa questão desenvolveu-se uma pesquisa de campo, de natureza aplicada, com uma abordagem qualiquantitativa e com o objetivo descritivo. Teve como população alunos matriculados regularmente na Escola Pública Estadual Coelho Lisboa no município de Santa Luzia-PB, e a amostra foi composta por 23 (vinte e três) alunos que se disponibilizaram a responder o questionário (Apêndice C) e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice B).

Considerou-se que esse levantamento possibilitou atender aos seguintes objetivos: a) Educar para a ética e a cidadania na Escola Estadual do Ensino Fundamental Coelho Lisboa no município de Santa Luzia-PB; b) Conscientizar os alunos para a importância da atividade educacional na preparação do cidadão para a vida social e sua transformação; c) Informar os alunos sobre a importância de se educar para a cidadania e eticidade; d) Observar o comportamento dos alunos em relação à convivência ética com os colegas e o modo que eles se relacionam.

A escolha de se trabalhar e pesquisar esse tema deu-se tendo em vista a importância de desenvolver atitudes de cidadania no meio escolar, principalmente levar ao conhecimento dos alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental a necessidade de desenvolver ações que concretizem atitudes de cidadania.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apresenta-se uma revisão crítica dos conceitos de cidadania, democracia e ética. Aborda-se sobre educar para a ética e cidadania. Apresenta ainda uma retrospectiva histórica sobre a cidadania no Brasil.

2.1 CONCEITOS DE CIDADANIA, DEMOCRACIA E ÉTICA.

O conceito de “cidadania” está muito presente hoje, na sociedade brasileira. Como também, a palavra “democracia”. Para falar de cidadania é preciso, em primeiro lugar falar um pouco sobre democracia. Ambas estão intimamente vinculadas.

Segundo Valarelli (1999, p.105), “a democracia pode ser entendida como uma forma de organização da sociedade baseados em princípios éticos de liberdade, igualdade, diversidade, solidariedade e participação”. Por tanto, democracia é um só tempo um projeto e um desejo, uma utopia que amplia na medida em que vira realidade. É um processo e uma visão de mundo. Ela supõe a criação e o fortalecimento de um sujeito político, coletivo, que engloba homens e mulheres em seu papel de construtores de sociedade, esta poderosa força social é a cidadania.

A autora supracitada enfatiza que, a constituição da cidadania, é um processo que se realiza na história. Assim sendo, traz as marcas do seu tempo, das limitações e das possibilidades inscritas nesta realidade, que mistura as mais diversas heranças e está sob o impacto constante de forças e interesses contraditórios e complexos. Justamente por isto, é preciso ter em mente que somos parte um processo que nos envolve e nos transcende, mas cujo desfecho não está determinado. Nossas ações, nossas escolhas, nossa atuação contribui para definir o rumo da história e o destino do país.

Para Matos (2005, p. 54), a sociedade liberal clássica tem na democracia sua principal referência de vivência societária. Pelo menos as teorias liberais afirmam que uma sociedade só pode ser justa, socialmente equilibrada e legítima se tiver como base o direito, a lei, o respeito ao indivíduo, ao patrimônio, a liberdade de iniciativa e o exercício do poder público com controle do povo, seja em nível de país,

estado ou cidade em que vive. Sem isso, afirmam os liberais, não há democracia, não há justiça, não há governo e sociedade livre.

2.2 EDUCAR PARA A ÉTICA E A CIDADANIA

Apesar de não ser constituída apenas na escola, todos sabem que é fundamental o papel da educação institucional na formação de um cidadão ético. Portanto, educação, ética e cidadania se co-implicam e se efetuam conjuntamente. Na prática diária do viver e fazer educação a ideia de cidadania deve ser reforçada para se tornar prática diária, onde cada um será o sujeito de seus direitos e deveres.

O verdadeiro cidadão é mais apto no enfrentamento dos desafios da humanidade, luta pela construção de uma sociedade menos desigual e mais global em dignidades de vida, não negando e nem fugindo de seus desafios (BENSO, 2006).

Percebe-se que, educar para a cidadania e eticidade não podem formar ou produzir seres que continuem apenas repetindo a mesmice, reproduzindo comportamentos que não dão mais certo. Educar para a cidadania é aspirar uma escolas que prepare pessoas não apenas para o trabalho, mas participar no mundo globalizado de forma crítica, reflexiva e emancipatória.

A atividade educacional deve ser uma atividade de preparação do cidadão para a vida social e sua transformação. A escola deve preparar indivíduos capazes, que tenham uma visão de mundo com consciência crítica, para que possam agir e mudar esta mesma sociedade. (DIMENSTEIN, 2003).

Observa-se que, a educação deve estar voltada para a autonomia, a ética, a valorização da diversidade cultural, para a busca da identidade. Assim sendo deve formar pessoas criativas e inventivas, capazes de refletir, de ouvir o outro, de respeitar o diferente, de analisar situações e buscar soluções.

Ainda de acordo com Benso (2006), cidadania nos dias de hoje, não mais pode ser concebida de forma restrita com a possibilidade de “participação política por meio do voto, que pressupunha a alfabetização do leitor”. A visão é muito mais ampla e genérica, uma vez que, este requisito, a partir da atual constituição não mais vigora, porque é facultativo o voto para o analfabeto. Atualmente, cidadania

requer um cidadão que conheça e lute por seus direitos, mas que também tenham ciência de suas obrigações, de seus deveres.

Ser cidadão é ter direitos. Ter direitos civis, como o direito à vida, a igualdade perante as leis, a propriedade, ter direitos políticos, como participar nos destinos da sociedade, e ter direitos sociais, que são aqueles que garantem a participação de todos, sem distinção de classe, raça, credo, na distribuição da riqueza, no direito a educação, ao trabalho, à saúde, a uma vida digna. Exercer a cidadania é pois, usufruir de todos esses direitos, como também cumprir com os seus deveres. (RODRIGUES; SOUZA, 1994).

2.3 CIDADANIA NO BRASIL: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA.

A sociedade colonial se estruturou com uma unidade produtiva do latifúndio e com a mão de obra escrava (indígena e africana). A partir desses dois fenômenos sociológicos é possível começar a caracterização a negação da cidadania naquela época. Os nativos (índios) e africanos ficaram fora de todas as dimensões da cidadania: perderam a liberdade, tiveram as culturas subjugadas, foram excluídos do novo modelo econômico, tiveram de trabalhar forçados para contribuir na acumulação do capital, não ajudavam, eram vítimas de violência física e moral não sendo considerados seres humanos com direitos (CARVALHO, 2002).

Carvalho (2000) cita que, o preconceito marcou a história do Brasil desde o início. Em três séculos de colonização (1500 – 1822), os portugueses tinham construídos um enorme país dotado de unidade territorial, linguístico, cultural e religiosa. Mas tinha também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultura e latifundiária, um Estado absolutista. A época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria

O autor supracitado enfatiza que, numa sociedade que exclui a maior parte da população das condições de vida, a cidadania torna-se privilégio de uma elite. Escravos africanos, indígenas livres, abandonados e expulsos de suas terras, tornaram-se vítimas dos preconceitos e discriminação e formaram um imenso grupo de excluídos sociais, políticos e culturais. Nas cidades eles exerciam várias tarefas dentro de casa e na rua. Nas casas, os escravos faziam o serviço doméstico,

amamentavam os filhos das sinhás, satisfaziam os desejos dos senhores. Os filhos dos escravos faziam pequenos trabalhos e serviam de montaria nos brinquedos dos sinhozinhos. Na rua trabalhavam para os senhores ou eram por eles alugados. “Em muitos casos, eram a única fonte de renda de viúvas. Trabalhavam de carregadores, vencedores, artesãos, barbeiros, prostitutas. Alguns eram obrigados a mendigar”.

Ainda referenciando Carvalho (2002) descreve que, não eram apenas africanos e índios que formavam o contingente de excluídos. Fazia parte, também a população branca pobre, com situação semelhante de exploração. Essa população branca pobre formava a estrutura escravista que mantinha o sistema de exploração organizado, ao mesmo tempo em que eram extremamente explorados pela elite dominante. Mesmo entre os senhores, muitos não eram considerados cidadãos plenos. “Eram sem dúvida, livre, votavam e eram votados nas eleições municipais. Eram os “homens bons” do período colonial. Faltava-lhes, no entanto, o próprio sentido da cidadania, a noção de igualdade de todos perante a lei”.

Percebe-se que, a época da independência teve um ambiente pouco favorável à cidadania, entendida nas dimensões civis, políticas e sociais.

Quando o Brasil tornou-se país em 1822, a estrutura e os processos sociais, políticos e econômicos não mudaram. A mesma elite se manteve no comando do destino do Novo País, com a mesma lógica de exploração e exclusão. Tanto que a primeira Constituição Brasileira (1824) restringia os direitos políticos ao definir quem podia ou não votar. O voto censitário excluía a maioria do direito ao voto e do direito de ser votado, pois exigia a comprovação de renda mínima e excluía as mulheres e analfabetos. (FLORES, 1996).

Referenciando o mesmo autor, mostra que, apenas na Constituição de 1881 foi eliminada a exigência de comprovação de renda para votar e ser votado. Porém, não havia justiça eleitoral e ética, sendo assim, aconteciam todas as formas de fraudes e manipulações nas eleições.

O autor supracitado enaltece ainda que, o coronelismo, entendido como um sistema político de primeira república que consistia num compromisso entre coronéis, chefes políticos da área rural e o poder público, impedia a ampliação dos direitos políticos e civis. Os direitos sociais nunca tiveram na agenda desta época e a maior parte da população continuava iletrada e analfabeta politicamente. Ele

mostra ainda que, outro grande obstáculo à cidadania brasileira foi à manutenção da unidade produtiva alicerçada na grande propriedade (latifúndio).

A lei de terras (1850), por exemplo, impedia o acesso à terra que não fosse por meio de compra. Assim, preparava o contexto para a libertação dos escravos, não permitindo que os mesmos ocupassem terras e se tornassem proprietários, como era comum antes. Percebe-se que, a abolição dos escravos jogou um continente humano imenso na complexa exclusão social e econômica. Em terra, sem empregos e analfabeta, a maioria ficou na indigência, indo para as grandes favelas urbanas formadas por seus descendentes. (SILVA 2009).

Para o autor supracitado, o ano de 1930 foi divisor de águas na história do país, com a aceleração das mudanças sociais e políticas que permitiram à dimensão social da cidadania dar sinais de gestação. A criação de uma legislação trabalhista e previdenciária transformou as relações entre capital e trabalho, a legislação social começou a dar uma nova configuração à história dos trabalhadores brasileiros. Dessa maneira, o estabelecimento de normas diminuiu consideravelmente a exploração dos trabalhadores urbanos e assalariados.

Complementando o pensamento o autor referenciado afirma que, no ponto de vista político surgiram uma série de fatores que estimularam os primeiros ensaios políticos de da sociedade, entre eles: revolução (1930 – 1934), fase constitucional (1934 – 1937) e ditadura civil (1937 – 1945). Os movimentos políticos e sociais mostram sinais de organização, dando surgimento aos sindicatos e vários partidos políticos. Nesta época é criada a Justiça Eleitoral. O voto passa a ser secreto e juizes profissionais tratam da legislação eleitoral, fiscalizando, apurando os votos e reconhecendo os eleitos. Observa-se que, a cidadania política dá nova performance ao contexto sociopolítico e a cidadania brasileira começa a dar sinais de amadurecimento.

Em 1937, a decretação do Estado Novo (ditadura) coloca fim à relativa liberdade política conquistada até então. Surge o populismo como forma de organização política dominante que, com base no apoio das camadas sociais menos favorecidas, fundamenta-se ideologicamente na defesa de interesses e reivindicações populares. No populismo, o governo atende parte das necessidades populares, sem incentivar a sua participação política. Uma forma de controle ideológico, geralmente sutil e inteligente que mantém as estruturas e os processos

do sistema socioeconômico (capitalismo) excludente e concentrador. “Ele não visa às transformações sociais, sustenta-se, pelo uso político da pobreza, miséria e do analfabetismo”, explica Moacir Flores, (1996), em seu livro Dicionário de História do Brasil.

O populismo explora os padrões de heranças culturais como a submissão da população rural, principalmente no nordeste e nas áreas de colonização da região Sul. Controla os sindicatos, impedindo manifestações reivindicatórias. Por ele, ficou estabelecida unicidade sindical, e o controle do Estado sobre os sindicatos tornou-se mais rígido, a partir de 1943. Ao mesmo tempo criou-se a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para agradar aos trabalhadores, manter o controle das massas e defender os interesses burgueses. No ponto de vista da cidadania, o período getulista dificultava a liberdade de expressão, de associação, de consciência e crença, não respeitando a integridade física e moral da população. (MATTOS, 2005).

O autor supracitado enfoca que, após a ditadura de Vargas veio uma experiência democrática, a primeira da História do Brasil. Voltaram a acontecer eleições e foi elaborada uma nova Constituição. A Constituição de 1946 manteve, até 1964, as conquistas sociais do período anterior e garantiu os tradicionais direitos civis e políticos, permitindo inclusive, a liberdade de imprensa e a organização política. No entanto, a liberdade política era relativa, na medida em que determinados partidos eram proibidos, por exemplo, o partido comunista, por causa do contexto da Guerra Fria. Outra restrição à liberdade referia-se ao direito de greve, que era proibida pela Justiça do Trabalho.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) também adquiriu grande dinamismo e influencia o que possibilitava um aprendizado importante para a concretização política. Segmentos de Igreja Católica investiram no movimento estudantil, operário e camponês. Aos poucos, desenvolvia-se a democracia e a luta pela cidadania, embora de forma incipiente devido a inexperiência histórica. “A mobilização política se fazia em torno do que se chamavam reformas de base, termo geral para indicar reformas da estrutura agrária, fiscal, bancária e educacional”, (SILVA, 2009).

Complementando o pensamento o autor mostra que, em 1964, a democracia e a cidadania sofreram um golpe cruel com a toma do estado pelos militares, que instalaram governos ditatoriais e autoritários por 21 anos, com apoio de setores da sociedade civil. “A ditadura representa uma ruptura no processo democrático,

formando um Estado despótico e autoritário. A ditadura se caracteriza por interferir ou suprimir os Poderes Legislativo e Judiciário, pela supressão arbitrária dos direitos dos cidadãos, atingindo a liberdade individual e pela supressão da Constituição”.

Enfoca ainda que, em 1966, foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que, funcionava como um seguro – desemprego. O fundo era pago pelos empresários e retirados pelos trabalhadores em caso de demissão. Criou-se também, um Banco Nacional de habitação (BNH), cuja finalidade era facilitar a compra de casa própria pelos trabalhadores de menor renda. Como coroamento das políticas sociais, foi criado, em 1974, o Ministério da Previdência e Assistência Social.

Ainda nessa época, foi criado o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), o Fundo de Assistência Rural (FUNRURAL), entre outros. Todos eles contribuíram para a ampliação da cidadania dos trabalhadores. No entanto, os direitos políticos foram cercados pela ditadura militar. Não era permitido aos trabalhadores se organizarem livremente. Não era permitido eleger ocupantes de cargos executivos. Organizações políticas e sociais que lutavam por melhores condições de vida foram reprimidas. Qualquer participação política proibida pelo aparato governamental (militares e civis) por meio, principalmente dos Apos Institucionais (AIS), os direitos civis também foram limitados, com o impedimento, muitas vezes, do direito de ir e vir, e a proibição da liberdade de expressão. Não havia garantia de integridade física e moral, nem liberdade de dizer e defender uma sociedade que favorecesse a cidadania ampla. (FLORES, 1996).

O autor supracitado mostra que, os avanços nos direitos sociais e a retomada dos direitos políticos não resultaram em avanços dos direitos civis. Pelo contrario, foram eles que mais sofreram durante os governos militares. Os habeas corpus foi suspenso para crimes políticos, deixando cidadãos indefesos nas mãos dos agentes de segurança. A privacidade do lar e o segredo da correspondência eram violadas impunemente. Prisões foram feitas sem mandado judicial, os presos eram mantidos isolados e incomunicáveis, sem direito a defesa. Pior ainda, eram submetidos a torturas sistematicamente por métodos bárbaros que não raro levavam à morte da vítima. A liberdade de pensamento era cercada pela censura prévia à mídia e a manifestações artísticas e, nas universidades, pela aposentadoria e cassação de professores e pela proibição de atividades estudantis.

Enquanto isso, o modelo de desenvolvimento econômico concentrador e excludente impedia a cidadania a um grande contingente de brasileiros. O crescimento econômico mais aconteceu com uma política de distribuição de renda. Durante a ditadura, intensificou-se a corrupção por causa da censura e controle da oposição. Toda crítica era considerada como atentado ao governo. A camada da população que mais necessitava das políticas públicas e mecanismo de distribuição de renda foi a mais prejudicada com isso.

Em 1985, com o fim da ditadura veio a democracia. Mas, a cidadania não acompanhou as mudanças políticas e civis. Com a democracia veio a crise econômica, imensa dívida externa e interna, além da falta de dinheiro para as políticas públicas. A concentração de renda e riqueza continua progressiva e, até hoje, a cidadania ampliada é um desafio. (SILVA, 2009).

O autor encerra o pensamento afirmando que, a Constituição Brasileira de 1988 trouxe importantes avanços sociais e trabalhistas. Com a criação de diversos conselhos, como o da criança e do idoso, por exemplo, uma nova atuação deu-se no campo dos direitos humanos. As cotas para negros e índios nas universidades públicas e o Pro Uni (Programa Universidade para Todos), que oferece bolsas para estudantes de baixa renda que estudaram em escolas públicas, foram políticas importantes para a inclusão sociocultural no ensino superior dos menos privilegiados. Além disso, a regularização das aposentadorias deu melhores condições de vida aos idosos. O apoio às economias solidárias possibilitou oportunidades de renda para muitas pessoas excluídas do mercado de trabalho tradicional. O programa de luz para os moradores do meio rural possibilitou melhorias significativas, assim como a política de igualdade racial e o apoio à agricultura familiar.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO E LOCAL DE ESTUDO

Este estudo foi exploratório descritivo, com abordagem quantiquantitativa realizado na Escola Estadual do Ensino Fundamental II “Coelho Lisboa” no município de Santa Luzia-PB.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população do estudo foi composta por todos os alunos regularmente matriculados na referida Escola.

A amostra foi constituída de 23 alunos do 6º Ano A que atenderam os seguintes critérios de inclusão:

- Estejam regularmente matriculados na Escola.
- Desejaram participar da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. (Apêndice B)

Critérios de exclusão:

- Sejam alunos matriculados em outros anos que não seja o 6º ano.
- E não desejam participar do estudo.

3.3 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS

Como instrumento de coleta de dados foi aplicado um questionário com perguntas objetivas e subjetivas, onde os mesmos tiveram o direito de responder os questionamentos da forma que acharam melhor (Apêndice C).

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados quantitativos foram analisados através da estatística descritiva e os resultados apresentados em gráficos, tabelas e quadros. Os dados qualitativos foram analisados conforme a literatura de Minayo (2006).

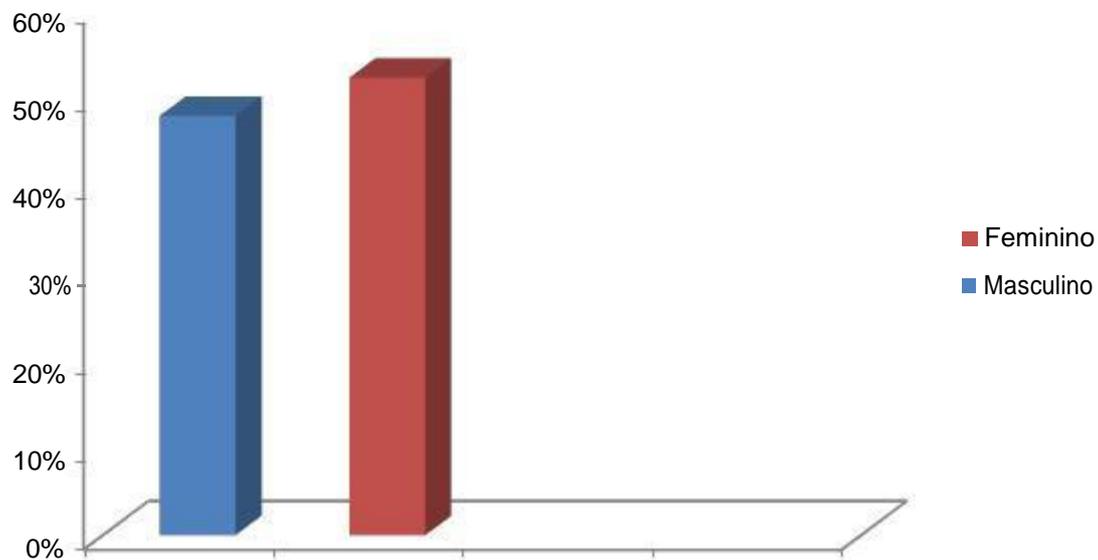
3.5 POSICIONAMENTO ÉTICO

O estudo foi norteado através da Resolução nº196/96, aonde assegura a pesquisa envolvendo seres humanos, com total segurança e privacidade das informações colhidas (BRASIL, 1996).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos após aplicação dos questionários, posteriormente analisados e discutidos através de gráficos. O gênero dos entrevistados pode ser observado no Gráfico 1.

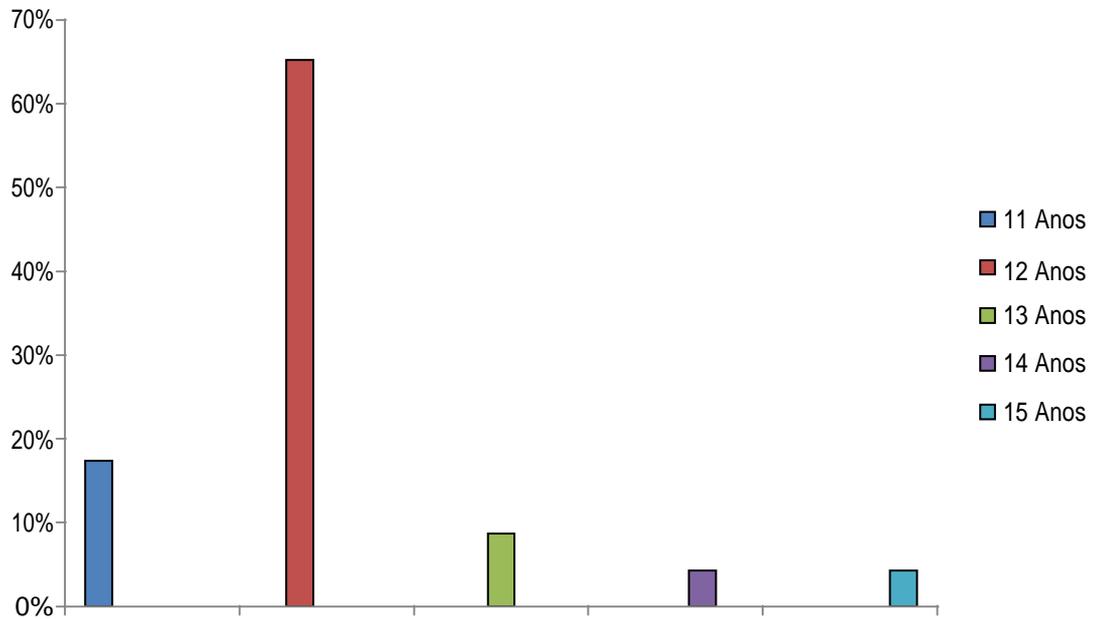
GRÁFICO 1- Distribuição do gênero dos alunos entrevistados.



Fonte: Dados da pesquisa 2014.

Os dados revelam que os entrevistados no total de 23 alunos, 11(onze) são do gênero masculino que representa 47,83%, e, 12 (doze) do sexo feminino com percentual 52,17%.

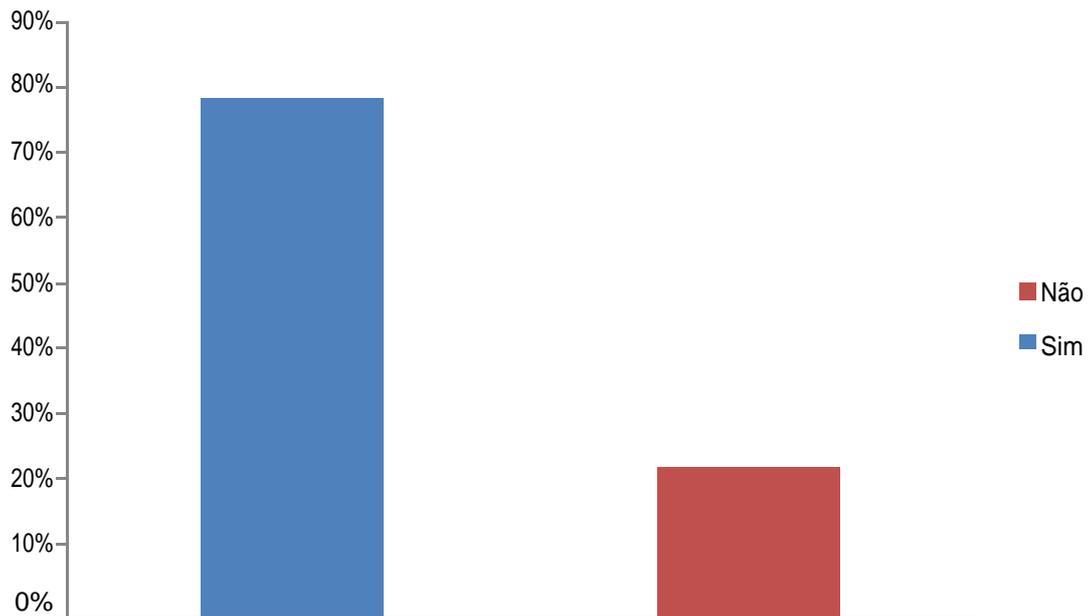
Esta pesquisa trabalhou com estudantes de diferentes faixas etárias, a variação pode ser observada no Gráfico 2.

GRÁFICO 2- Faixa etária dos alunos entrevistados.

Fonte: Dados da pesquisa 2014.

De acordo com o Gráfico 2 a faixa etária identificou-se um percentual de: (17,39%) possuem 11 anos, (65,21%) estão na faixa etária de 12 anos, (8,7%) dos entrevistados tem idade correspondente a 13 anos, (4,3%) se encontram na faixa etária de 14 anos e o restante (4,3%) estão na faixa etária de 15 anos

O Gráfico 3 mostra a opinião dos entrevistados sobre cidadania.

GRÁFICO 3- Distribuição da opinião dos entrevistados sobre o que é cidadania.

Fonte: Dados da pesquisa 2014.

A análise dos dados coletados apresenta um quanto à assertiva: Você sabe o que é cidadania? (78,26%) responderam que sabe o que é cidadania, enquanto que (21,74%) responderam que não sabe o que é cidadania.

A análise dos dados coletados estão apresentados no Quadro 1

com a distribuição das falas dos participantes quanto a assertiva: Para você o que é ser cidadão?

QUADRO 1- Distribuição da opinião dos entrevistados sobre o que é ser cidadão.

Ideia Central	Discursos	Frequência	%
Para você o que é ser cidadão?	É uma pessoa igual a todos que tem os seus direitos e deveres.	5	21.73
	É uma pessoa que tem caráter e respeito.	11	47.83
	É ter respeito e compaixão pelo próximo.	2	8.7

	É ser uma pessoa.	5	21.74
TOTAL		23	100%

Fonte: Dados da pesquisa 2014.

Evidencia-se no Quadro 1 que, (21.73%) dos participantes responderam que é uma pessoa que tem os seus direitos e deveres, (47.83%) afirmaram que é uma pessoa que tem caráter e respeito, (8.7%) responderam é ter respeito e compaixão pelo próximo e (21.74%) responderam que é ser uma pessoa.

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: ter direitos civis é também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito a educação, ao trabalho justo, à saúde e a uma velhice tranquila (DEDIHC, 2010).

Quando questionados sobre o que envolve a cidadania, a maioria (78.26%) responderam que envolvem direitos e deveres, o restante (21.74%) responderam apenas direitos, conforme mostra a Tabela 1.

TABELA 1 - Distribuição da opinião dos entrevistados quanto a assertiva: o que envolve a cidadania?

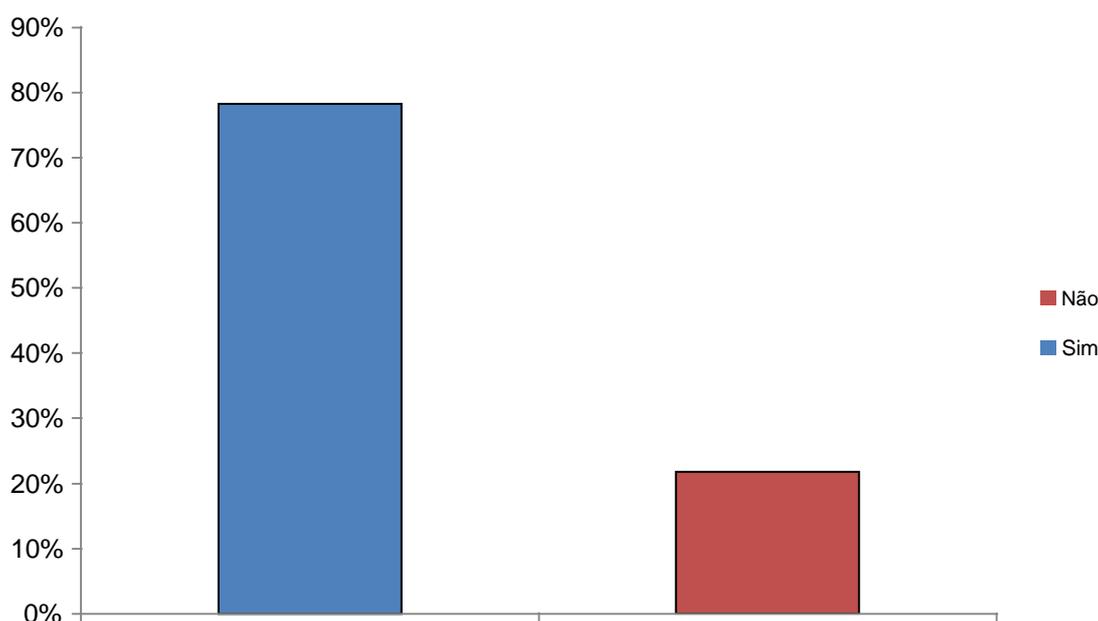
VARIÁVEIS	FREQUÊNCIA	%
Apenas Direito	5	21.74
Direitos e Deveres	18	78.26
Apenas Deveres	-	-
NDA	-	-
TOTAL	23	100

Fonte: Dados da pesquisa 2014.

Cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. Expressa a igualdade dos indivíduos perante a lei, pertencendo a uma sociedade organizada. É a qualidade do cidadão de poder exercer o conjunto de direitos e liberdades políticas, socioeconômica de seu país, estando sujeito a deveres que lhes são impostos. Relaciona-se, portanto, com a participação consciente e responsável do indivíduo na sociedade, zelando para que seus direitos não sejam violados.

Em se tratando da opinião dos entrevistados em saber explicar qual o papel da cidadania para a sociedade, pode-se observar que, a grande maioria (78.26%) responderam que sabe o papel da cidadania para a sociedade, o restante (21.74%) responderam que não sabem explicar, conforme o Gráfico 4 apresentado abaixo.

GRÁFICO 4- Distribuição da opinião dos entrevistados sobre o papel da cidadania para a sociedade.



Fonte: Dados da pesquisa 2014.

O Quadro 2 apresenta o depoimento dos entrevistados complementando o questionamento da assertiva anterior (Qual o papel da cidadania para a sociedade).

QUADRO 2- Depoimento dos entrevistados sobre explicar qual o papel da cidadania para a sociedade.

IDEIA CENTRAL	DEPOIMENTO
Qual o papel da cidadania para a sociedade	Eu não sei.
	Para ter paz e harmonia.
	Ter direitos e deveres.

Fonte: Dados da pesquisa 2014.

A cidadania consiste desde o gesto de não jogar papel na rua, não pichar os muros, respeitar os sinais e placas, respeitar os mais velhos (assim como todas as outras pessoas), não destruir telefones públicos, saber dizer obrigado, desculpe, por favor e bom dia quando necessário... até saber lidar com o abandono e a exclusão das pessoas necessitadas, o direito das crianças carentes e outros grandes problemas que enfrentamos em nosso país.

Portanto, a cidadania é um papel importante que exercemos e pode ser feita a partir das pequenas atitudes, envolvendo grandes histórias de lutas em prol dos direitos humanos, porque quando falamos em cidadania não podemos esquecer de falar sobre os direitos humanos que estão claramente ligados um a outro.

O gráfico 5 possui a finalidade de mostrar claramente a porcentagem dos entrevistados em se tratando da assertiva: Você sabe quais são os princípios de cidadania?

GRÁFICO 5 – Distribuição da opinião dos entrevistados sobre saber quais são os princípios de cidadania.



Fonte: Dados da pesquisa 2014.

Percebeu-se que, a maioria dos entrevistados (78.26%) respondeu que sabe quais são os princípios de cidadania enquanto que (21.74%) o restante respondeu que não sabem os princípios de cidadania.

Cidadania é o exercício dos direitos e deveres civis políticos e sociais estabelecidos na Constituição. Os direitos e deveres de um cidadão deve andar sempre junto, uma vez que ao cumprirmos nossas obrigações permitimos que o outro também exerçam seus direitos.

Quando interrogados sobre o que forma a nossa cidadania, um percentual de (21.74%) deixaram de responder a questão, (26%) responderam o que forma a nossa cidadania é o respeito, o amor, à paz e a solidariedade entre as pessoas, (8.7%) responderam que é a pessoa que tem a consciência limpa, um percentual de (17.4%) responderam que não sabem o que formam a nossa cidadania e (26.16%) responderam que, o que forma a nossa cidadania são os direitos e deveres das pessoas.

TABELA 2- Distribuição da opinião dos entrevistados sobre o que forma a nossa cidadania.

IDEIA CENTRAL	DEPOIMENTOS	F	%
O que forma a nossa cidadania?	A nossa cidadania é o respeito, o amor, à paz e a solidariedade entre as pessoas.	6	26
	Deixaram de responder a questão.	5	21.74
	É a pessoa que tem a consciência limpa.	2	8.7
	Não sabem o que formam a nossa cidadania.	4	17.4
	O que forma a nossa cidadania são os direitos e deveres das pessoas.	6	26.16

Fonte: Dados da pesquisa 2014.

Com relação à pergunta que foi direcionada ao aluno: Você acha que a escolaridade contribui para a formação do cidadão?

Evidenciou-se no estudo que, a fala dos participantes foram unânimes quanto achar que a escolaridade contribui para a formação do cidadão.

Com relação a pergunta: Você acredita que o ser humano estar sendo cidadão para com o meio ambiente?

Observa-se através da fala dos alunos entrevistados que todos (100%) responderam que o ser humano não está sendo cidadão para com meio ambiente.

O Quadro 3 mostra a opinião dos alunos entrevistados quanto a acreditarem que o ser humano não está exercendo sua cidadania com o meio ambiente.

QUADRO 3 – Distribuição dos depoimentos dos alunos entrevistados sobre o ser humano não está exercendo sua cidadania com relação ao meio ambiente

VARIÁVEL	DISCURSO
Porque o ser humano não está exercendo sua cidadania com o meio ambiente?	Porque ela destrói o meio ambiente.
	Porque realiza queimadas.
	Porque joga lixo no chão e na rua.
	Provoca poluição.
	Desmatamento.

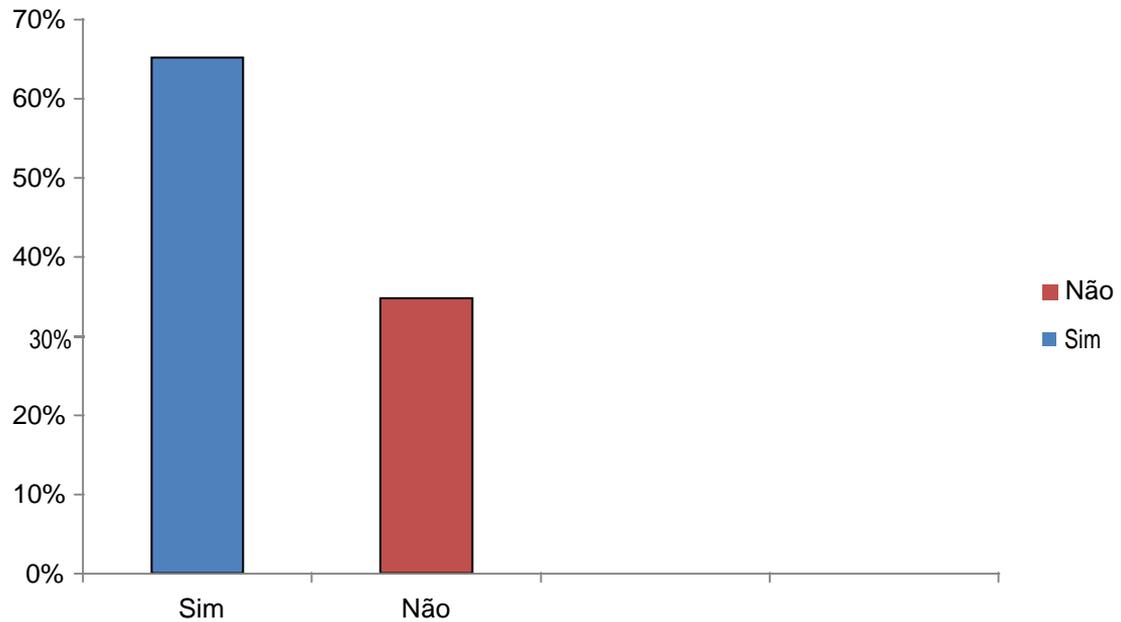
Fonte: Dados da pesquisa 2014.

Quando questionado sobre: Você se considera um cidadão?

Constatou-se nas respostas dos entrevistados que todos (100%) se consideram um cidadão.

Com relação a assertiva: Você sabe o que é ética?

A grande maioria (65.22%) responderam que sabem o que é ética, enquanto que, (34.78%) desconhecem o que significa ética.

GRÁFICO 6- Distribuição da opinião dos alunos entrevistados sobre o que é ética.

Fonte: Dados da pesquisa 2014.

Os alunos entrevistados afirmam que o professor de Ciências é o profissional de educação que trata o termo ética em sua aula na referida escola. Eles acreditam que a falta de ética é prejudicial ao cidadão, e, que a ética é necessária e importante para a paz, caráter e respeito entre as pessoas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidadania é o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituição. Os direitos e deveres de um cidadão devem andar sempre juntos, uma vez que ao cumprirmos nossas obrigações permitimos que o outro exerça também seus direitos.

Evidenciou-se que, o termo cidadania pode ser compreendido racionalmente pelas lutas, conquistas e derrotas do cidadão brasileiro ao longo da história nacional, uma vez que expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo.

De acordo com os resultados encontrados pôde-se observar que a maioria dos entrevistados 78,26% respondeu que sabem o que é cidadania. 47,23% responderam que ser cidadão é uma pessoa que tem caráter e respeito. 78,26% afirmam que o que envolve a cidadania são os direitos e deveres de cada cidadão.

Evidenciou-se ainda que, os alunos entrevistados citam que o papel da cidadania para a sociedade é proporcionar paz, harmonia, direito e deveres aos cidadãos. Um percentual de 78,26% respondeu que sabem o que são os princípios de cidadania, descrevendo-os: o respeito, o amor e a solidariedade entre as pessoas. Todos os alunos entrevistados foram unânimes em responder que a escolaridade contribui para a formação do cidadão. Eles acreditam que o ser humano não está exercendo sua cidadania com relação ao meio ambiente por poluí-lo.

Percebeu-se que, a grande maioria conhece o que é ética e acredita que a falta de ética é prejudicial para a sociedade de um modo geral, assim sendo, consideram a ética necessária e importante. Conclui-se mostrando que, cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia, exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.

Espera-se que este estudo contribua para despertar em outras pessoas o interesse para pesquisar o tema, pois muito ainda há de estudar, refletir e analisar na busca de melhorar trabalhar os alunos sobre ética e cidadania na escola.

REFERÊNCIAS

- BENSO, M^a Aparecida Silva. **Cidadania em preto e branco**. Editora Ática. P. 4. 1^a Ed. 2006.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. 2^a Ed. Rio de Janeiro: **civilização brasileira**, 2002.
- CARVALHO, Sergio José. **Educação, cidadania e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- DEDIHC – Departamento de Direitos Humanos e Cidadania; Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU – Governo do Estado do Paraná – Cidadão e Cidadania – o que é ser cidadão. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=8>. Acesso 15 mar. 2014.
- DIMENSTEIN, Gilberto. **Cidadão de papel**. Editora Ática, p. 45. 2003.
- FLORES, Moacyr, **Dicionário de História do Brasil**, Porto Alegre: Ed. Edipucrs, Coleção História 8, 1996.
- LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 21 fev. 2014.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde**. 9. Ed. Editora Hucitec. 2006.
- RODRIGUES; SOUZA. Herbet e Carla. **Ética e Cidadania**. Editora Moderna, 1994.
- SILVA, Luiz Etevaldo da. **Cidadania e Educação**. Artigo Publicado na Revista Sociologia Ciência e Vida, Ano III, nº. 22, p. 38 – 39. Editora Abril, 2009.
- TAILLE, Yves de La. **A indisciplina e o sentimento de vergonha**. In: Indisciplina da escola: alternativas teóricas e práticas, p. 23. (2003).
- VALARELLI, Moema. **Cidadania e Democracia, jovens construindo um mundo melhor**. Mundo Jovem, 99 – (105) 9.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Prezada senhora diretora da Escola Estadual do Ensino Infantil e Fundamental Coelho Lisboa: (diretora)

Solicitamos sua autorização para realização da pesquisa intitulada: Educar para ética e a cidadania em uma Escola Pública Estadual do Ensino Fundamental no município de Santa Luzia – PB que está sendo desenvolvida por Maria do Carmo Dantas Costa. Este estudo atende o dispositivo em Resolução CNS-196 de 10 de outubro de 1996. Tem como objetivo despertar os alunos da Escola, a importância de praticar atitudes de cidadania a partir dos fundamentos teóricos trabalhos na Escola Coelho Lisboa.

Autorização Institucional

Eu, (diretora), responsável pela Escola Estadual do Ensino Infantil e Fundamental Coelho Lisboa, declaro que fui informada dos objetivos da pesquisa acima, e concordo em autorizar a execução da mesma nesta Instituição. Sei que a qualquer momento posso revogar esta autorização, sem a necessidade de prestar qualquer informação adicional. Declaro, também, que não recebi ou receberei qualquer tipo de pagamento por esta autorização bem como os participantes também não receberão qualquer tipo de pagamento.

Este documento foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba em ___/___/____, com o número de protocolo_____.

Pesquisador

Responsável Institucional

Orientador

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome da Pesquisa: Educar para ética e a cidadania em uma Escola Pública Estadual do Ensino Fundamental no município de Santa Luzia – PB.

Pesquisador responsável: Maria do Carmo Dantas Costa

Informações sobre a pesquisa: Estamos realizando um estudo sobre Educar para ética e a cidadania em uma Escola Pública Estadual do Ensino Fundamental no município de Santa Luzia – PB, para isso, solicito a sua colaboração em participar do referido estudo respondendo ao questionário solicitado. O objetivo dessa pesquisa é despertar os alunos da Escola, a importância de praticar atitudes de cidadania a partir dos fundamentos teóricos trabalhos na Escola Coelho Lisboa. Justifica-se este estudo tanto para os pesquisadores quanto o pesquisado, pois os resultados irão contribuir para melhor esclarecimento as questões relacionadas ao tema proposto no estudo, quanto aos riscos e benefícios, antes de iniciarmos a coleta de dados, informaremos aos participantes que na realização da pesquisa, poderá ocorrer apenas algum desconforto no momento da entrevista. E que os benefícios serão tanto para o pesquisador que irá obter resultados para ampliar os conhecimentos sobre o tema abordado, como trará benefícios para os alunos pesquisados no sentido de esclarecer dúvidas. Informamos ainda que todos os dados coletados serão confidenciais, mais poderá ser publicada no meio científico como forma de divulgação dos resultados sem identificação dos sujeitos.

Pesquisador responsável

Eu, _____ RG _____

_____, abaixo assinado, tendo recebido as informações acima, concordo em participar da pesquisa, pois estou ciente de que terei de acordo com a Resolução 196/96 Cap. IV inciso IV. 1 todos os meus direitos abaixo relacionados:

- A garantia de receber todos os esclarecimentos sobre as perguntas do questionário antes e durante o transcurso da pesquisa, podendo afastar-me em qualquer momento se assim o desejar, bem como está assegurado o absoluto sigilo das informações obtidas.
- A segurança plena de que não serei identificada mantendo o caráter oficial da informação, assim como, está assegurada que a pesquisa não acarretará nenhum prejuízo individual ou coletivo.
- A segurança de que não terei nenhum tipo de despesa material ou financeira durante o desenvolvimento da pesquisa, bem como, esta pesquisa causará apenas um incomodo na hora da coleta, porém os danos serão minimizados, uma vez que os procedimentos serão realizados por profissionais capacitados.
- A garantia de que toda e qualquer responsabilidade nas diferentes fases da pesquisa é dos pesquisadores, bem como, fica assegurado que poderá haver divulgação dos resultados finais em órgãos de divulgação científica em que a mesma seja aceita.
- A garantia de que todo o material resultante será utilizado exclusivamente para a construção da pesquisa e ficará sob a guarda dos pesquisadores, podendo ser requisitado pelo entrevistado em qualquer momento.

- Este documento foi emitido em duas vias, ficando desta forma um com o pesquisador e outro com o pesquisado envolvido na pesquisa.

Santa Luzia, _____ de _____ de _____.

Assinatura do entrevistado

APÊNDICE C – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

QUESTIONÁRIO

I. Identificação da amostra

Idade _____

Sexo () masculino ()feminino

II. Questões específicas do estudo

1. Você sabe o que é cidadania? ()Sim ()Não

2. Para você o que é ser cidadão?

3. A cidadania envolve:

() Apenas direitos () apenas deveres

() Direitos e Deveres () N.D.A.

4. Você sabe explicar qual o papel da cidadania para a sociedade? ()Sim () Não

Explique: _____

5. Você sabe são os princípios de cidadania?

6. O que forma a nossa cidadania?

7. Você acha que a escolaridade contribui para a formação do cidadão? () Sim () Não

8. Você acredita que o ser humano está sendo cidadão para com o mio ambiente?

()Sim () Não () Porquê?

9. Você se considera um cidadão?

() sim () não

10. Você acredita que a falta de ética é prejudicial? () sim () não

11. Se você respondeu SIM a questão anterior, cite as consequências da falta de ética?

12. Você sabe o que é Ética?

() sim () não

13. Se sua resposta anterior foi SIM, diga qual profissional da Educação que trata esse tema na sua escola.

14. Porque a ética é necessária e importante?

15. O que é moral?

16. Qual a diferença entre ética e moral?

ANEXOS

Aplicando os questionários